



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA  
Procuradoria Jurídica do Município

---

**LEI ORDINÁRIA N.º 3.049/2025**

***"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NOS TERMOS DO INCISO IX DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".***

O Exmo. Sr. **MAURO LUIZ BATISTA**, Prefeito Municipal de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que, depois de ouvido o Plenário, a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Capítulo I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1.º** - Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, o Poder Executivo Municipal, bem como suas fundações e autarquias, poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nos termos do inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal e nas condições e prazos previstos nesta Lei.

**Parágrafo Único.** Para fins de cumprimento desta Lei, entende-se como excepcional interesse público a situação transitória que demande urgência ou emergência na realização de serviço público essencial e situações em que a transitoriedade e a excepcionalidade não justifiquem a criação ou ampliação do quadro efetivo.

**Art. 2.º** - São casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público:

- I – emergência de atividades em saúde pública;
- II – situações de emergência e calamidade pública, assim declarada por Decreto do Poder Executivo Municipal;
- III – combate a surtos endêmicos e epidêmicos;
- IV – garantir a segurança do patrimônio público em situações emergenciais, quando não houver tempo hábil para a realização de concurso;
- V – situações emergenciais de vigilância, inspeção e força tarefa para evitar danos ao meio ambiente, de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana;
- VI – vacância de cargos públicos no período de até 24 (vinte e quatro) meses após o término do prazo de validade do concurso público realizado para provê-los.
- VII – admissão de profissionais do magistério público municipal para suprir demandas emergenciais e transitórias decorrentes da expansão das unidades de ensino ou abertura de turmas, projetos específicos e/ou disciplinas experimentais;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA  
Procuradoria Jurídica do Município

**VIII** – carência transitória de pessoal em decorrência de afastamento ou licença de servidores ocupantes de cargos efetivos, quando o serviço público não puder ser desempenhado a contento com o quadro remanescente, durante o período da licença ou do afastamento;

**IX** – suprir o aumento transitório e inesperado de serviços públicos.

## Capítulo II DA CONTRATAÇÃO

**Art. 3º** - As contratações somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Prefeito Municipal, após a apresentação de justificativas da necessidade pelo órgão ou secretaria beneficiária da contratação e o pronunciamento da Secretaria Municipal de Administração.

**Art. 4º** - O recrutamento de novos servidores temporários será realizado mediante processo seletivo público simplificado, sujeito à ampla divulgação, com prazo de validade de até 02 (dois) anos, de acordo com as disposições desta Lei e observados os critérios e condições estabelecidas no respectivo Edital.

**Parágrafo único.** O processo seletivo simplificado, quando a situação assim exigir, poderá ser efetivado mediante análise curricular.

**Art. 5º** - As contratações serão realizadas por tempo determinado, por até 01 (um) ano, prorrogável por no máximo mais 01 (um) ano, mediante despacho motivado e justificado e observando-se, ainda, os seguintes prazos:

**I** – nos casos dos incisos I a V do art. 2º, somente enquanto perdurar a situação que deu ensejo à contratação temporária e/ou seus efeitos;

**II** – nos casos do inciso VIII, do art. 2º, somente enquanto perdurar o afastamento do servidor efetivo;

**§ 1º** Em qualquer caso, o prazo total da contratação, incluídas possíveis prorrogações, não excederá 02 (dois) anos.

**Art. 6º** - À contratação por prazo determinado de que trata esta Lei, se aplica o regime jurídico administrativo especial, sem que ocorra a incidência das disposições da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

## Capítulo III DAS VEDAÇÕES

**Art. 7º** - Para os fins desta lei, somente poderão ser contratados os interessados que comprovarem os seguintes requisitos:

**I** – ser brasileiro nato ou naturalizado, ou cidadão português a quem foi deferida a igualdade nas condições previstas pelo Decreto nº 70.436/72;

**II** – ter, à data da contratação, idade mínima de 18 (dezoito) anos e idade máxima de 70 (setenta) anos;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA  
Procuradoria Jurídica do Município

- 
- III – ter votado nas últimas eleições ou justificado a ausência;
  - IV – estar quites com o serviço militar obrigatório, quando do sexo masculino;
  - V – gozar de boa saúde física e mental, comprovada por laudo médico oficial;
  - VI – possuir escolaridade mínima de acordo com a legislação vigente.
  - VII – ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei, antes de decorridos 6 (seis) meses do encerramento de seu contrato anterior, salvo se realizado o processo seletivo simplificado, não houver outro candidato habilitado.
- Parágrafo Único.** A inobservância do disposto neste artigo acarretará a rescisão do contrato ou a declaração da sua insubsistência, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas.

**Art. 8.º** - As contratações temporárias dar-se-ão por excepcional interesse público, nas situações dispostas no artigo 2º desta Lei, vedado o aproveitamento dos contratados em qualquer outra área da Administração Pública.

**Art. 9.º** - É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

**Parágrafo único.** Excetuam-se do disposto no caput deste artigo os casos previstos no inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

**Art. 10.** O pessoal contratado nos termos desta Lei, não poderá:

- I – receber atribuições, funções ou encargos não previstos em Lei, regulamento ou no respectivo contrato;
- II – ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
- III – ser novamente contratado com base no mesmo processo seletivo que originou a sua contratação.

**Parágrafo único.** A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão ou na nulidade do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

#### Capítulo IV DO PROCESSO SELETIVO

**Art. 11.** O recrutamento de pessoal será realizado por meio de processo seletivo público simplificado, mediante edital com ampla divulgação, o qual deverá conter as seguintes informações:

- I – cargos, quantidade de vagas, carga horária e remuneração;
- II – prazo para inscrições;
- III – requisitos, títulos e critérios de pontuação a serem utilizados;
- IV – os critérios de desempate;
- V – prazo para recursos;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA  
Procuradoria Jurídica do Município

- 
- VI – prazo de validade do processo de seleção;
  - VII – documentação necessária para contratação.

## Capítulo V DA REMUNERAÇÃO E DAS VANTAGENS

**Art. 12.** O vencimento do pessoal contratado na forma desta Lei será idêntico ao vencimento inicial atribuído ao cargo efetivo em início de carreira da mesma categoria.

**Art. 13.** A contratação de pessoal para jornada semanal inferior à fixada em lei para o cargo efetivo do servidor substituído dar-se-á com a devida redução proporcional de remuneração, observada a conveniência da administração.

**Art. 14.** Serão assegurados aos servidores contratados temporariamente, sob o regime especial de que trata esta Lei, as seguintes vantagens:

- I – adicional pela prestação de serviços extraordinários;
- II – adicional pelo trabalho noturno;

**Art. 15.** Os servidores contratados temporariamente podem usufruir somente as seguintes licenças, conforme o regramento disposto da legislação municipal:

- I – para tratamento de saúde;
- II – à gestante, de 180 (cento e vinte) dias consecutivos;
- III – à adotante, nos termos da legislação federal vigente;
- IV – paternidade, de 05 (cinco) dias;
- V – por 5 (cinco) dias consecutivos, na data ou a partir do evento considerado, em razão de casamento, bem como falecimento do cônjuge, companheiro(a), pais e descendentes até 2º grau, enteados, menor sob guarda ou tutela, madrasta ou padrasto e irmãos.

## Capítulo VI DO REGIME DISCIPLINAR

**Art. 16.** Estende-se aos servidores regidos por esta Lei os mesmos deveres, as mesmas proibições e responsabilidades e, no que couber, as disposições disciplinares aplicáveis aos servidores efetivos, todas previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Aquidauana – MS.

## Capítulo VII DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

**Art. 17.** O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á:

- I – pelo término do prazo contratual;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA  
Procuradoria Jurídica do Município

- 
- II – por iniciativa do contratado, desde que ocorra aviso prévio com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
  - III – imediatamente, quando o contratado incorrer em infração aos deveres e proibições previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Aquidauana – MS.
  - IV – imediatamente, pelo término da causa que originou a contratação temporária;
  - V – por interesse público do Poder Executivo Municipal.

§ 1º. O término do contrato em razão do disposto no inciso III deste artigo implicará na proibição do contratado de participar de novo processo seletivo público pelo período de 04 (quatro) anos, contados da data de encerramento do contrato.

### Capítulo VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 18.** Ato do Poder Executivo disporá, para efeitos desta Lei, sobre a decretação de urgência, emergência e calamidade em saúde pública.

**Art. 19.** A extinção do contrato, por iniciativa da Administração Pública, antes do término do prazo contratual, não enseja o direito a qualquer verba rescisória ou indenização.

**Art. 20.** O pessoal contratado por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público será filiado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme disposto no § 13 do artigo 40 da Constituição Federal.

**Art. 21.** O disposto nesta Lei se aplica aos contratos temporários em vigor na data de sua publicação, ainda que celebrados anteriormente a sua vigência.

**Art. 22.** Fica revogado o parágrafo único do Art. 98 da Lei Complementar nº 011/2009.

**Art. 23.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.915/2003.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA/MS, 19 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**MAURO LUIZ BATISTA**  
Prefeito Municipal de Aquidauana



# Diário Oficial Eletrônico

Ano XII - Edição Nº 2.827 - - | Aquidauana - MS | segunda-feira, 22 de dezembro de 2025 - 66 Páginas

Lei Ordinária nº 2.307/2013

[www.aquidauana.ms.gov.br](http://www.aquidauana.ms.gov.br)

1892

SUMÁRIO		
SUMÁRIO .....	1	ATA..... 18
PODER EXECUTIVO .....	1	AQUIDAUANA PREV..... 19
LEIS .....	1	PORTARIAS ..... 19
DECRETOS .....	10	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2026 .....
LICITAÇÕES .....	11	20
RESOLUÇÕES.....	12	

## PODER EXECUTIVO

### LEIS

#### LEI ORDINÁRIA N.º 3.049/2025

**"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NOS TERMOS DO INCISO IX DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÀ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Exmo. Sr. MAURO LUIZ BATISTA, Prefeito Municipal de Aquidauana, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que, depois de ouvido o Plenário, a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

#### Capítulo I

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1.º** - Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, o Poder Executivo Municipal, bem como suas fundações e autarquias, poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nos termos do inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal e nas condições e prazos previstos nesta Lei.

**Parágrafo Único.** Para fins de cumprimento desta Lei, entende-se como excepcional interesse público a situação transitória que demande urgência ou emergência na realização de serviço público essencial e situações em que a transitoriedade e a excepcionalidade não justifiquem a criação ou ampliação do quadro efetivo.

**Art. 2.º** - São casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público:

I – emergência de atividades em saúde pública;

II – situações de emergência e calamidade pública, assim declarada por Decreto do Poder Executivo Municipal;

III – combate a surtos endêmicos e epidêmicos;

IV – garantir a segurança do patrimônio público em situações emergenciais, quando não houver tempo hábil para a realização de concurso;

V – situações emergenciais de vigilância, inspeção e força tarefa para evitar danos ao meio ambiente, de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana;

VI – vacância de cargos públicos no período de até 24 (vinte e quatro) meses após o término do prazo de validade do concurso público realizado para provê-los.

VII – admissão de profissionais do magistério público municipal para suprir demandas emergenciais e transitórias decorrentes da expansão das unidades de ensino ou abertura de turmas, projetos específicos e/ou disciplinas experimentais;

VIII – carência transitória de pessoal em decorrência de afastamento ou licença de servidores ocupantes de cargos efetivos, quando o serviço público não puder ser desempenhado a contento com o quadro remanescente, durante o período da licença ou do afastamento;

IX – suprir o aumento transitório e inesperado de serviços públicos.

#### Capítulo II

#### DA CONTRATAÇÃO

Prefeito – Mauro Luiz Batista

Vice-Prefeito - Murilo Acosta Silva

Procurador Jurídica – Catharine Marques Macedo

Controlador Geral - Edson Benicá

Secretaria Municipal de Administração – Marluce Martins Garcia Luglio

Secretário Municipal de Serviços Urbanos e Rurais – Marcio de Barros Albuquerque

Secretário Municipal de Gestão Estratégica Alexandre Gustavo Riva Périco

Secretário Municipal de Meio Ambiente – Humberto Antonio Fleitas Torres

Secretário Municipal de Produção - Cipriano Mendes da Costa

Secretário Municipal de Assistência Social - Cleriton Alvarenga Ferreira

Secretária Municipal de Saúde e Saneamento Sandra Maria Santos Calonga

Secretaria Municipal de Educação Wilsanda Aparecida de Lima Béda

Secretário Municipal de Finanças - Ermandes Peixoto de Miranda

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Obras Públicas Robert Cacho de Barros

Secretário Municipal de Cultura e Turismo – Pedro Henrique Mendes Fialho

Secretário Municipal de Esporte e Lazer- Mauro Marino de Oliveira

Directora da Agência de Comunicação - Rosilene Ribeiro Leite

Dirutor Executivo do Procon - Teodoro Nepomuceno Neto

Dirutor Presidente do AquidauanaPrev - Gilson Sebastião Menezes

Dirutor Desenvolvimento do Trânsito - Elaíno Gomes da Silva Filho

Diário Oficial Eletrônico do Município

Aquidauana - MS

Telefone: (67) 3240-1450

E-mail: [publicacao@aquidauana.ms.gov.br](mailto:publicacao@aquidauana.ms.gov.br)

[www.aquidauana.ms.gov.br](http://www.aquidauana.ms.gov.br)

MARLUCE MARTINS

GARCIA

LUGLIO:60077662172

Assinado de forma digital por

MARLUCE MARTINS GARCIA

LUGLIO:60077662172

Dados: 2025.12.22 21:21:41 -04'00'

RENATA MOURA DA

SILVA:03228589170

Assinado de forma digital por

RENATA MOURA DA

SILVA:03228589170

Dados: 2025.12.22 21:22:51 -04'00'



**Art. 3º** - As contratações somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Prefeito Municipal, após a apresentação de justificativas da necessidade pelo órgão ou secretaria beneficiária da contratação e o pronunciamento da Secretaria Municipal de Administração.

**Art. 4º** - O recrutamento de novos servidores temporários será realizado mediante processo seletivo público simplificado, sujeito à ampla divulgação, com prazo de validade de até 02 (dois) anos, de acordo com as disposições desta Lei e observados os critérios e condições estabelecidas no respectivo Edital.

**Parágrafo único.** O processo seletivo simplificado, quando a situação assim exigir, poderá ser efetivado mediante análise curricular.

**Art. 5º** - As contratações serão realizadas por tempo determinado, por até 01 (um) ano, prorrogável por no máximo mais 01 (um) ano, mediante despacho motivado e justificado e observando-se, ainda, os seguintes prazos:

I – nos casos dos incisos I a V do art. 2º, somente enquanto perdurar a situação que deu ensejo à contratação temporária e/ou seus efeitos;

II – nos casos do inciso VIII, do art. 2º, somente enquanto perdurar o afastamento do servidor efetivo;

§ 1º Em qualquer caso, o prazo total da contratação, incluídas possíveis prorrogações, não excederá 02 (dois) anos.

**Art. 6º** - À contratação por prazo determinado de que trata esta Lei, se aplica o regime jurídico administrativo especial, sem que ocorra a incidência das disposições da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

## Capítulo III

### DAS VEDAÇÕES

**Art. 7º** - Para os fins desta lei, somente poderão ser contratados os interessados que comprovarem os seguintes requisitos:

I – ser brasileiro nato ou naturalizado, ou cidadão português a quem foi deferida a igualdade nas condições previstas pelo Decreto nº 70.436/72;

II – ter, à data da contratação, idade mínima de 18 (dezoito) anos e idade máxima de 70 (setenta) anos;

III – ter votado nas últimas eleições ou justificado a ausência;

IV – estar quites com o serviço militar obrigatório, quando do sexo masculino;

V – gozar de boa saúde física e mental, comprovada por laudo médico oficial;

VI – possuir escolaridade mínima de acordo com a legislação vigente.

VII – ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei, antes de decorridos 6 (seis) meses do encerramento de seu contrato anterior, salvo se realizado o processo seletivo simplificado, não houver outro candidato habilitado.

**Parágrafo Único.** A inobservância do disposto neste artigo acarretará a rescisão do contrato ou a declaração da sua insubstancialidade, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas.

**Art. 8º** - As contratações temporárias dar-se-ão por excepcional interesse público, nas situações dispostas no artigo 2º desta Lei, vedado o aproveitamento dos contratados em qualquer outra área da Administração Pública.

**Art. 9º** - É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

**Parágrafo único.** Excetuam-se do disposto no caput deste artigo os casos previstos no inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

**Art. 10.** O pessoal contratado nos termos desta Lei, não poderá:

I – receber atribuições, funções ou encargos não previstos em Lei, regulamento ou no respectivo contrato;

II – ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

III – ser novamente contratado com base no mesmo processo seletivo que originou a sua contratação.

**Parágrafo único.** A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão ou na nulidade do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

## Capítulo IV

### DO PROCESSO SELETIVO

**Art. 11.** O recrutamento de pessoal será realizado por meio de processo seletivo público simplificado, mediante edital com ampla divulgação, o qual deverá conter as seguintes informações:

I – cargos, quantidade de vagas, carga horária e remuneração;

II – prazo para inscrições;

III – requisitos, títulos e critérios de pontuação a serem utilizados;

IV – os critérios de desempate;

V – prazo para recursos;

VI – prazo de validade do processo de seleção;

VII – documentação necessária para contratação.

## Capítulo V





## DA REMUNERAÇÃO E DAS VANTAGENS

**Art. 12.** O vencimento do pessoal contratado na forma desta Lei será idêntico ao vencimento inicial atribuído ao cargo efetivo em inicio de carreira da mesma categoria.

**Art. 13.** A contratação de pessoal para jornada semanal inferior à fixada em lei para o cargo efetivo do servidor substituído dar-se-á com a devida redução proporcional de remuneração, observada a conveniência da administração.

**Art. 14.** Serão assegurados aos servidores contratados temporariamente, sob o regime especial de que trata esta Lei, as seguintes vantagens:

I – adicional pela prestação de serviços extraordinários;

II – adicional pelo trabalho noturno;

**Art. 15.** Os servidores contratados temporariamente podem usufruir somente as seguintes licenças, conforme o regramento disposto da legislação municipal:

I – para tratamento de saúde;

II – à gestante, de 180 (cento e vinte) dias consecutivos;

III – à adotante, nos termos da legislação federal vigente;

IV – paternidade, de 05 (cinco) dias;

V – por 5 (cinco) dias consecutivos, na data ou a partir do evento considerado, em razão de casamento, bem como falecimento do cônjuge, companheiro(a), pais e descendentes até 2º grau, enteados, menor sob guarda ou tutela, madrasta ou padrasto e irmãos.

## Capítulo VI

### DO REGIME DISCIPLINAR

**Art. 16.** Estende-se aos servidores regidos por esta Lei os mesmos deveres, as mesmas proibições e responsabilidades e, no que couber, as disposições disciplinares aplicáveis aos servidores efetivos, todas previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Aquidauana – MS.

## Capítulo VII

### DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

**Art. 17.** O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por iniciativa do contratado, desde que ocorra aviso prévio com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

III – imediatamente, quando o contratado incorrer em infração aos deveres e proibições previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Aquidauana – MS.

IV – imediatamente, pelo término da causa que originou a contratação temporária;

V – por interesse público do Poder Executivo Municipal.

§ 1º. O término do contrato em razão do disposto no inciso III deste artigo implicará na proibição do contratado de participar de novo processo seletivo público pelo período de 04 (quatro) anos, contados da data de encerramento do contrato.

## Capítulo VIII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 18.** Ato do Poder Executivo disporá, para efeitos desta Lei, sobre a decretação de urgência, emergência e calamidade em saúde pública.

**Art. 19.** A extinção do contrato, por iniciativa da Administração Pública, antes do término do prazo contratual, não enseja o direito a qualquer verba rescisória ou indenização.

**Art. 20.** O pessoal contratado por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público será filiado ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme disposto no § 13 do artigo 40 da Constituição Federal.

**Art. 21.** O disposto nesta Lei se aplica aos contratos temporários em vigor na data de sua publicação, ainda que celebrados anteriormente a sua vigência.

**Art. 22.** Fica revogado o parágrafo único do Art. 98 da Lei Complementar nº 011/2009.

**Art. 23.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1.915/2003.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA/MS, 19 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**MAURO LUIZ BATISTA**

Prefeito Municipal de Aquidauana

